

AUSÊNCIA FAMILIAR, PRÁTICA DOCENTE E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA.

Vitória da Silva Gomes¹; Gilvania Queiroz Madeira de Aguiar²

¹Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão(UEMASUL),
Imperatriz/Maranhão, vitoria.silva.gomes@uemasul.edu.br

²Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão(UEMASUL), Imperatriz/MA,
gilvania.aguiar@uemasul.edu.br

Introdução

O PPP (Projeto Político Pedagógico) é o documento que orienta e confere sentido à identidade da escola, ao explicitar suas concepções pedagógicas, seus objetivos educacionais e a forma como a instituição organiza suas práticas a partir do contexto social, orientando as práticas e decisões ao constituir-se como referência e guia para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola. O PPP, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 14, fundamenta a gestão democrática, assegurando que a escola considere não apenas as decisões administrativas, mas também a escuta e a participação da comunidade escolar.

A participação familiar no contexto educacional é fundamental para o desenvolvimento da criança. Segundo o RCNEI (1988), o desenvolvimento integral da criança está relacionado tanto aos cuidados afetivos e relacionais quanto à atenção aos aspectos biológicos, como alimentação e saúde, além das oportunidades de acesso a diferentes conhecimentos e da forma como esses cuidados são oferecidos. Tendo em vista isso, a participação da família na escola é fundamental para o desenvolvimento da criança e fortalece a gestão, uma vez que promove a corresponsabilidade entre família e escola para garantir uma educação de qualidade.

O interesse por esta temática surge a partir de observações realizadas no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), desenvolvido em uma escola pública da região de Imperatriz, Maranhão. O PIBID possibilitou a vivência do cotidiano escolar, bem como o contato com a prática docente e com a gestão democrática. Nesse contexto, foi possível observar como a ausência familiar no ambiente escolar interfere na prática docente e na efetivação da gestão democrática. Apesar da participação da família ser reconhecida como fundamental para o desenvolvimento da criança e para a gestão democrática, no cotidiano escolar observa-se a ausência familiar como uma realidade recorrente. Essa ausência impõe desafios à atuação da gestão escolar e dos professores, que, muitas vezes, demonstram dificuldades em lidar com essa situação de forma acolhedora e inclusiva.

Como consequência, a ausência familiar passa a ser interpretada como descuido ou desinteresse, transferindo-se, muitas vezes, a responsabilidade ao aluno por uma condição que não está sob seu controle. No processo formativo, essa interpretação se expressa por meio de posturas, discursos e ações pedagógicas que reforçam estigmas e preconceitos, afetando a relação pedagógica e o processo educativo. Essa perspectiva contraria os princípios da gestão democrática, em vez de promover o diálogo, o acolhimento e a construção coletiva de práticas inclusivas. O estudo tem como objetivo analisar como a ausência familiar impacta a prática docente e a gestão democrática na escola pública e de que forma essa realidade interfere no desenvolvimento do processo educativo.

Metodologia

A pesquisa trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir das vivências no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de alfabetização, realizado em uma escola pública da região de Imperatriz, Maranhão. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a compreensão de aspectos da realidade escolar que não podem ser quantificados, considerando os significados, valores, crenças e atitudes presentes nos processos e fenômenos educacionais, conforme Minayo (2014).

Durante as atividades do subprojeto, realizou-se a análise do Projeto Político-Pedagógico da escola e observações da prática da professora regente da turma acompanhada, do ambiente educacional e da atuação da gestão escolar. As observações concentraram-se nas relações estabelecidas entre escola e família, nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e nas ações da gestão, sendo posteriormente analisadas à luz do referencial teórico sobre gestão democrática prática docente, com base em Paro (2016) e Luck (2013).

Resultados e discussão

Durante as vivências no PIBID, observou-se que a ausência familiar no ambiente educacional era uma realidade recorrente, manifestando-se na falta de apoio para a realização das tarefas, na não utilização do livro didático e na ausência dos pais nas reuniões escolares. Essas dificuldades eram frequentemente atribuídas aos alunos, ao passo que a gestão e os professores reforçavam estigmas e os culpabilizavam por uma situação que não depende exclusivamente deles.

As situações do cotidiano escolar evidenciam que a fragilização da participação familiar tem sido compreendida de forma individualizada, recaindo sobre os alunos a responsabilidade por dificuldades que vão além de sua condição pessoal. Essa interpretação desconsidera fatores sociais mais amplos que interferem na participação das famílias no contexto escolar, contribuindo para a construção de discursos e práticas pedagógicas excludentes.

Ao analisar esses resultados, constata-se que essa realidade não pode ser compreendida apenas como desinteresse ou negligência. Paro (2016) aponta que, entre os fatores determinantes da baixa participação da população na escola, destacam-se as condições de vida, especialmente a falta de tempo e o cansaço decorrente de longas jornadas de trabalho. Assim, os dados observados no PIBID evidenciam que essa situação está relacionada a condicionantes sociais e econômicos, e não a uma postura deliberada de afastamento da escola.

A forma como a escola interpreta o baixo envolvimento familiar no processo educativo tende a influenciar a prática docente, ultrapassando o âmbito administrativo e alcançando o processo de ensino e aprendizagem.

Quando essa ausência é atribuída aos alunos, verifica-se a adoção de posturas pedagógicas que reforçam constrangimentos e estigmatizações no cotidiano escolar. Esses aspectos da rotina escolar passam a ser interpretados como evidências de falta de acompanhamento familiar, resultando em discursos que responsabilizam os estudantes por condições que fogem ao seu controle. Essas práticas impactam diretamente o desenvolvimento emocional dos alunos, gerando sentimentos de frustração, insegurança e baixa autoestima, especialmente quando eles se comparam a colegas que contam com maior acompanhamento familiar.

Além disso, os próprios estudantes relatam dificuldades para organizar o material escolar e realizar as atividades propostas, devido à falta de um adulto que os auxilie no acompanhamento da agenda ou na compreensão das tarefas. Tais dificuldades, quando não compreendidas a partir de uma perspectiva social e acolhedora, acabam reforçando rótulos e estigmas que comprometem a relação pedagógica e o processo educativo.

Nesse sentido, ao ignorar tais condicionantes e não promover estratégias que favoreçam a inclusão da comunidade escolar, a escola distancia-se dos princípios da gestão democrática, que pressupõem diálogo, participação e corresponsabilidade entre escola, família e comunidade. Conforme destaca Paro (2016):

A administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária. Dessa forma, a culpabilização dos alunos pela ausência familiar revela uma prática que contradiz a perspectiva democrática de gestão educacional e reforça desigualdades no contexto escolar. (Paro, 2016, p. 22).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a ausência da comunidade no espaço escolar não pode ser tratada como uma responsabilidade exclusiva das famílias, mas também como um reflexo de práticas institucionais que não favorecem sua participação. Assim, as situações observadas no PIBID evidenciam que, ao não promover estratégias de aproximação com a comunidade, a escola acaba reforçando o distanciamento entre família e instituição, contribuindo para a manutenção de práticas excludentes.

Conclusões

No contexto da escola pública analisada, identificada a partir das vivências proporcionadas pelo PIBID, que possibilitam a aproximação crítica com o cotidiano escolar. Consta-se que essa condição é frequentemente interpretada de forma individualizada, recaindo sobre os alunos a responsabilização por dificuldades que extrapolam sua condição pessoal.

Verifica-se que tal interpretação influencia diretamente a prática docente e a atuação da gestão escolar, favorecendo a construção de discursos e posturas pedagógicas que reforçam estigmas, preconceitos e desigualdades no interior da escola. Consta-se que o baixo envolvimento familiar está relacionado às condições mencionadas anteriormente, e não à negligência ou ao descompromisso com a educação dos filhos.

Nesse sentido, a culpabilização dos alunos impacta negativamente o processo de ensino e aprendizagem, compromete o desenvolvimento emocional dos estudantes e fragiliza a relação pedagógica que reverbera no processo formativo, produzindo sentimentos de insegurança, frustração e desvalorização da ação educacional. Observa-se ainda que tais práticas se distanciam dos princípios da gestão democrática previstos no Projeto Político-Pedagógico e na legislação educacional, ao não promoverem o diálogo, a escuta e a corresponsabilidade entre escola, família e comunidade como descreve Luck (2013).

Conclui-se que a superação dessas práticas exige uma atuação pedagógica que envolva a gestão escolar mediante ações que sejam comprometidas com a inclusão e o desenvolvimento de pertencimento das famílias e demais atores educacionais. Diante dessa afirmação, o acolhimento e a compreensão da realidade social dos alunos é indispensável, bem como a construção de estratégias coletivas que fortaleçam a participação da comunidade escolar.

Nesse sentido, o PIBID se configura como um espaço formativo relevante ao possibilitar a reflexão crítica sobre a prática docente e a gestão escolar, contribuindo para um processo formativo mais sensível às desigualdades sociais e comprometidos com os princípios da gestão democrática na escola pública.

Palavras-Chave: Participação da família; Pibid ; Processo Formativo;

Referências Bibliográficas

LÜCK, HELOÍSA. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Série Cadernos de Gestão).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

PARO, VITOR HENRIQUE. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.